



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls. _____

/ /16

CONTRATO Nº 14/2016 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP E A
EMPRESA CANTUARIA E CIA LTDA-
ME, PARA OS FINS NELE
DECLARADOS.

CONTRATANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 10.820.882/0001-95, sediada em Macapá-AP, na Rodovia BR 210, Km 03, s/n, Bairro Brasil Novo, neste ato representada por sua Magnífica Reitora, Professora **MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA**, portadora da carteira de Identidade nº. 229.710-AP, CPF nº 175.524.782-68, residente e domiciliada nesta cidade, com delegação de competência através do Decreto de 02/10/2015, publicada no Diário Oficial da União de 05/10/2015.

CONTRATADA: CANTUARIA E CIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.843.518/0001-40, sediada em Santana/AP, na Rua Tancredo Neves, nº 1030, Bairro Paraíso, neste ato representada por seu Procurador, Senhor Paulo Sergio da Silva Melo, portador da Carteira de Identidade nº 043781-SSP/AP, CPF nº 106.223.572-04.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

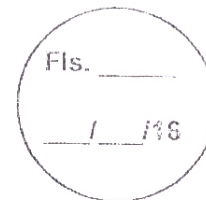
1.1 A lavratura do presente contrato tem por fundamento legal a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, Decreto 5.450/05, os termos do Edital do Pregão nº 013/2016, o que consta nos autos do processo nº 23228.000.304/2016-83, ao qual se vincula, e às **CLÁUSULAS e CONDIÇÕES** aqui estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem como objeto a **prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar com fornecimento de peças**, conforme quantitativo e especificações constante no Anexo I deste instrumento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O valor total deste contrato é de **R\$ 13.398,90** (treze mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa decorrente deste contrato correrá, no exercício de 2016, à conta da seguinte classificação: Elemento de Despesa: 339039 Fonte: 0112, conforme Nota de Empenho nº: 2016NE800164, **Valor Empenhado: R\$ 13.398,90** (treze mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

5.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, sempre por termo aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, observados os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:

- a) os serviços forem prestados regularmente;
- b) a CONTRATADA não tenha sofrido punições de natureza pecuniária;
- c) a Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- d) o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- e) a CONTRATADA manifeste, expressamente, no prazo de 30 (trinta) dias antes de encerrar a vigência do contrato, seu interesse na prorrogação, .

CLÁUSULA SEXTA – DOS SERVIÇOS

6.1. **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** – É a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e mau funcionamento dos equipamentos constantes no item 4.1 do Termo de Referência, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais dos fabricantes e normas técnicas específicas.

6.1.1. A periodicidade da manutenção preventiva será **Semestralmente (2 (duas) manutenções em um período de 12 meses).**

6.1.2. Para realização da manutenção preventiva:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls. _____

1 / 16

a) A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato o cronograma de prestação dos serviços;

b) De posse do cronograma, o gestor do contrato, havendo disponibilidade de recursos, autorizará os serviços.

6.2. Todo serviço de manutenção preventiva, realizado através das atividades a seguir descritas, deverá seguir as orientações do **P.M.O.C (Plano de Manutenção, Operação e Controle)** a ser elaborado pela Contratada, devendo conter, no mínimo: identificação do ambiente e da contratante, identificação da contratada e do responsável técnico pela manutenção, relação dos ambientes climatizados e o plano de manutenção e controle, com a discriminação de todas as atividades a serem realizadas em cada visita técnica.

6.2.1. A Contratada deverá efetuar uma visita técnica semestralmente para a realização da manutenção preventiva. O P.M.O.C deverá ser preenchido ao final de cada visita, e será o relatório para a entrega dos serviços. O mesmo deverá ser assinado pelo técnico da Contratada que efetuar a visita e realizar as atividades nele descritas, pelo responsável técnico da Contratada e pela fiscalização da Contratante, sendo entregue juntamente a Nota Fiscal/Fatura.

6.3. Os serviços deverão ser executados nos 18 (dezoito) aparelhos de ar condicionado do Campus Santana.

6.4. **ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA** – conforme Portaria do M.S. Nº 3.523/GM (restrita a este Termo) e NBR 13971/97, bem como na forma estabelecida no manual de serviço dos fabricantes, para os itens que, por acaso, não estejam abaixo citados.

6.4.1. Para equipamentos tipo *carrier e midea*:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
01	Verificar ruídos e vibrações anormais
02	Limpeza condensador
03	Limpeza evaporador
04	Eliminar danos e sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja
05	Limpeza de filtro de ar
06	Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão
07	Medir o diferencial de pressão
08	Verificar e eliminar frestas dos filtros
09	Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante
10	Verificar grades de ventilação/exaustão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls. _____

1 / 16

11	Verificar chave seletora
12	Verificar atuação do termostato
13	Verificar válvula reversora
14	Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, por compressor e motores
15	Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor
16	Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente
17	Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas
18	Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos
19	Verificar protetor térmico compressor
20	Verificar estado de conservação do isolamento termo acústico do gabinete
21	Limpar bandeja condensação de dreno e sua operação
22	Verificar a operação dos controles de vazão
23	Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete
24	Verificar a tensão das correias, para evitar o escorregamento nas polias
25	Lavar as serpentinas e bandeja com remoção do bio-filme (lodo) sem uso de produto desengraxante e corrosivo
26	Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor)
27	Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do carter
28	Verificar filtro e secador
29	Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos
30	Verificar nível de óleo do compressor
31	Verificar a operação da válvula de expansão
32	Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo)
33	Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores
34	Verificar e calibrar os dispositivos de segurança, reles térmicos e fusíveis
35	Verificar a calibragem e regulagem do termostato de controle de temperatura do ambiente
36	Verificar a existência de vazamento no circuito de gás refrigerante ou necessidade de recarregamento do mesmo;
37	Repor ou completar o nível gás refrigerante quando necessário;

6.5. MANUTENÇÃO CORRETIVA – série de procedimentos destinados a recolocar o(s) equipamento(s) em perfeito estado de uso, compreendendo a substituição de peças e componentes que se apresentarem defeituosos, gastos ou quebrados por outros novos, de qualidade igual ou superior aos substituídos, bem como a execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições de funcionamento dos mesmos, tudo em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas de cada fabricante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls. _____

/ /16

6.5.1. A CONTRATADA deverá executar a manutenção corretiva, sempre que solicitada pela Administração, tendo, portanto, um número ilimitado de chamadas, seguindo os procedimentos abaixo discriminados:

- a) Informar ao CONTRATANTE, após a vistoria, os defeitos apresentados pelo aparelho, bem como descrever o tipo de correção necessária ao seu bom funcionamento;
- b) Corrigir imediatamente os defeitos que não necessitam de reposição de peças;
- c) Comunicar ao fiscal sobre a necessidade de substituição das peças, especificando-as conforme lista de peças constante na Planilha de Formação de Preços item **23.2 do Termo de Referência**;
- d) Havendo autorização do fiscal, fornecer e substituir as peças dos aparelhos;

6.5.2. A CONTRATADA deverá, quando necessário, retirar o equipamento, mediante recibo, a ser consertado da unidade em que se encontrar, levá-los para sua oficina e devolvê-los à respectiva unidade de origem após a execução dos serviços.

6.5.3. Além do P.M.O.C, a Contratada deverá manter registro e apresentar à Contratante controle do histórico de todas as intervenções corretivas de cada equipamento.

6.5.4. A seguir são listadas as principais peças de reposição relacionadas pelos fabricantes, que apresentam maior possibilidade de necessidade de substituição:

DISCRIMINAÇÃO DAS PEÇAS/COMPONENTES
1 - Compressor carrier e midea 24.000 Btus
2 - Compressor carrier e midea 36.000 Btus
3 - Motor do ventilador condensadora carrier e midea
4 - Motor do ventilador evaporadora carrier e midea
5 - Motor swing
6 - Hélice carrier e midea até 24.000 Btus
7 - Hélice carrier e midea 36.000 Btus
8 - Filtro de ar carrier e midea H-W
9 - Filtro de ar carrier e midea P-T
10 - Filtro capilar
11 - Placa eletrônica da condensadora (carrier e midea)
12 - Placa eletrônica da evaporadora (carrier e midea)
13 - Placa display
14 - Capacitor do compressor
15 - Capacitor evaporador
16 - Capacitor ventilador
17 - Relé do compressor

5



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls. _____

1 / 16

18	Chave Contatora 24.000 Btus
19	Chave Contatora 36.000 Btus
20	Válvula de serviço da sucção (carrier e midea)
21	Válvula de serviço da linha de líquido (carrier e midea)
22	Válvula solenóide para carrier e midea
23	Controle remoto
24	Serpentina EVAPORADOR
25	Serpentina CONDENSADOR
26	Turbina Rotativa
27	Protetor Térmico
28	Sensor de Temperatura
29	Sensor de Degelo
30	Presostato
31	Placa Eletrônica Universal
32	Sensor de Pressão

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme os termos de sua proposta;

7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o art. 36, § 8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;

7.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.8. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste Contrato, permitindo livre acesso às instalações, quando for solicitado pela

Manoelito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls. _____

1 / 16

Contratada:

7.9. Comunicar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade nos equipamentos, para a execução dos serviços que julgar necessários para a segurança e bom funcionamento dos aparelhos;

7.10. Receber os serviços de manutenção através de assinatura do P.M.O.C., no campo especialmente designado para a fiscalização;

7.11. Manter arquivada toda a documentação contendo o histórico dos P.M.O.C's, relatórios de manutenção corretiva, ordens de serviços, orçamentos e autorizações dos serviços, para que qualquer servidor possa ter acesso, em uma eventual necessidade, às informações relacionadas às manutenções preventiva e corretiva realizadas em cada equipamento.

7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecendo todos os materiais (incluindo produtos, aparelhos e equipamentos), bem como mão de obra, necessários à perfeita execução dos serviços;

8.2. Assumir todas as responsabilidades pelo transporte dos aparelhos de condicionador de ar do CONTRATANTE;

8.3. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência (anexo I) e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

8.4. Apresentar à Contratante, em até 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura do contrato, o modelo dos relatórios (PMOC's e os RELATÓRIOS MENSIS DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS), que deverão ser analisados e aprovados pela fiscalização. Eventuais alterações poderão ser solicitadas e deverão ser realizadas pela Contratada;

8.5. Realizar as atividades conforme descrição da cláusula sexta, em dias úteis, conforme necessidade, e em horário comercial;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fis. _____

/ /16

- 8.6. Garantir o atendimento de serviços extraordinários requisitados pelo CONTRATANTE, em situações excepcionais;
- 8.7. Obedecer a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT, Ministério do Trabalho e do sistema CONFEA/CREA;
- 8.8. Obedecer aos prazos máximos para substituição de peças: 05 (cinco) dias para os compressores e 03 (três) dias para as demais. Se comprovada a indisponibilidade de determinada peça de reposição no mercado local, esses prazos poderão ser dilatados, desde que aceitos pelo fiscal do contrato.
- 8.9. Fornecer e aplicar materiais e peças de reposição, comprovadamente de primeira qualidade e uso, sempre em conformidade com o fabricante de cada equipamento.
- 8.10. Apresentar garantia para peças e serviços por prazo não inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento dos serviços pela fiscalização da Contratante;
- 8.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com as especificações que integram o Termo de Referência e com o PMOC;
- 8.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.13. Observar as normas relacionadas com a higiene e segurança do trabalho;
- 8.14. Adequar a manutenção dos sistemas de ar condicionado à Portaria n.º 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde;
- 8.15. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- 8.16. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.17. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls. _____

/ /16

8.18. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.21. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.24. Fornecer e exigir o uso de Equipamento de Proteção Individual - EPI. Difundir normas e procedimentos de segurança relativos à correta operação e manutenção de equipamentos elétricos, mantendo em seu quadro de pessoal os profissionais de segurança em número e qualificação requeridos pelas normas legais;

8.25. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

8.25.1 – Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

8.25.2 – Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

8.25.3 – Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

8.25.4 – Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e

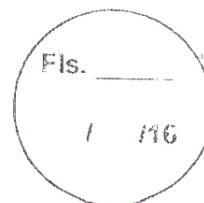
8.25.5 – Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades.

8.26. Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente o disposto no seu artigo 6º, incisos I a VIII e seu parágrafo único da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão;

8.27. Recuperar ou limpar as áreas afetadas pelo seu trabalho, deixando em seu estado original;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



8.28. Indicar preposto, através do qual o Gestor/Fiscal do Contrato solicitará os serviços e demais assuntos relacionados à perfeita execução do contrato;

8.29. Não transferir suas responsabilidades para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA NONA – DO LOCAL E ACEITAÇÃO DO SERVIÇO

9.1. Os serviços serão prestados nos endereços abaixo relacionados:

LOCAL	ENDEREÇO DE ENTREGA
CÂMPUS SANTANA	<u>Prédio Provisório: Rua General Ubaldo Figueira, Nº 1333 – Bairro Nova Brasília – Santana/AP – CEP: 68.925-000.</u> <u>Prédio Definitivo: Rodovia Duca Serra, s/n – Bairro Nova Brasília, Santana/AP.</u>

9.2. Os serviços serão prestados nos locais supracitados, no horário das 08h30 as 17h00 de segunda a sexta.

9.3. Os serviços deverão ser aceitos da seguinte forma:

- provisoriamente, após o recebimento dos serviços pelo Fiscal do Contrato do IFAP, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações constantes nesse termo;
- definitivamente, em até 10 (dez) dias, após a verificação da qualidade do serviço e quantidade dos materiais e consequente aceitação.

9.4. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, fazendo a conferência quantitativa e qualitativa dos serviços/materiais entregue considerando os parâmetros elencados no Termo de Referência. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;



CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura com o devido atesto do fiscal/servidor competente.

10.2. O pagamento será mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente, conforme disponibilidade financeira;

10.3. O IFAP poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora;

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Comprovação de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- b) Atestação de conformidade da entrega do(s) mobiliário(s);
- c) Cumprimento das obrigações contratuais assumidas;
- d) Manutenção de todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

10.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo IFAP, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$i = i/365$

$I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A Contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a serem aplicadas pela autoridade competente, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

11.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações prevista no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades, sendo que as previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II:

I. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

II. Multa:

a) Manutenção preventiva semestral não prestada no período previsto no Termo de Referência – aplicação de multa de 15% do valor previsto dos serviços para o respectivo trimestre e notificação para que os serviços sejam realizados no prazo máximo de 10 (dez) dias;

b) Manutenção preventiva não realizada após o período previsto na notificação, prevista no inciso “a” - multa de 20% do valor dos serviços previstos para o respectivo trimestre e rescisão do contrato.

c) Manutenção corretiva - multa de 1% por dia de atraso do valor do serviço de mão de obra do equipamento para o qual foi solicitada a manutenção, sendo o atraso limitado à 15 (quinze) dias;

III. Suspensão temporária de participar de licitação e/ou contratação promovida pela contratante por prazo não superior a dois anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

11.3. Conforme o disposto na Lei 10.520, de 17/07/2002 e no Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aquele que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do material, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls. _____

/ /16

fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93, e subsidiariamente a Lei 9.784/99.

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A inexecução, total ou parcial, deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

12.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

12.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

12.3.2. amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

12.3.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.3.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no Artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Macapá-AP para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, desde que não possam ser dirimidas pela mediação administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acertadas, foi celebrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual

13



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls. _____

/ /16

teor e forma, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, perante três testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado.

Macapá-AP, 15 de setembro de 2016.

MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA

Reitora
CONTRATANTE

Paulo Sérgio da Silva Melo
CPF: 104.223.572-04
Administrador - CRA nº 0-01273
Leg. nº 10.423-04/2002

PAULO SÉRGIO DA SILVA MELO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CPF _____

CPF _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls. _____

1 / 16

ANEXO I

1.1. Os serviços devem atender as condições e exigências estabelecidas neste instrumento e nos equipamentos com especificações e quantidades abaixo relacionadas:

ITEM	TIPO DE APARELHO DE CONDICIONADOR DE AR	UNID.	QUANT.
01	Condicionador de ar tipo Piso e Teto – marca Carrier 36.000 btu's	Und.	06
02	Condicionador de ar Piso e Teto – marca Midea 24.000 btu's	Und.	12

DISCRIMINAÇÃO DAS PEÇAS E COMPONENTES

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS PEÇAS/COMPONENTES
1	Compressor Midea 24.000 Btus
2	Compressor Carrier 36.000 Btus
3	Motor do ventilador condensadora 24.000 Btus
4	Motor do ventilador evaporadora 36.000 Btus
5	Painel Frontal da carrier de 36.000 Btus
6	Painel Frontal da midea de 24.000 Btus
7	Placa de Comando da carrier de 36.000 Btus
8	Placa de Comando da midea de 24.000 Btus
9	Turbina do Evaporador da carrier de 36.000 Btus
10	Turbina do Evaporador da carrier de 24.000 Btus
11	Termostatos da carrier de 36.000 Btus
12	Termostatos da midea de 24.000 Btus
13	Compressor de bebedouros industriais.
14	Motor Ventilador de bebedouros industriais.
15	Motor Hermético de bebedouros industriais.
16	Termostatos de bebedouros industriais.
17	Compressor de bebedouros água tipo garrafão.
18	Termostatos de bebedouros água tipo garrafão.
19	Compressor de refrigerador (geladeira ou frigobar).
20	Motor Ventilador de refrigerador (geladeira ou frigobar).
21	Termostato de refrigerador (geladeira ou frigobar).
22	Placa de refrigerador (geladeira ou frigobar).

DISCRIMINAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO BEBEDOURO

ITEM	TIPO DE APARELHO DE CONDICIONADOR DE AR	UNID.	QUANT.
01	Bebedouro água, tipo industrial, altura 116 cm, largura 150 cm, profundidade 60 cm, características adicionais 4 torneiras latão cromado, serpentina cobre local i, voltagem 220 v	Und.	03



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

